

# Greve Climática Manifesto Volt

Em agosto de 2018 Greta Thunberg despoletou a onda que a 15 de março de 2019 levou mais de um milhão de jovens à rua a exigir Acção Climática. A 12 de dezembro de 2018, discursa no plenário da Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e exige ação aos líderes mundiais. Entre 20 de setembro e em 27 de setembro de 2019, mais de 4500 eventos levaram as mesmas exigências às ruas, desta vez mais de 4 milhões de jovens deram a sua voz por esta causa. Após 2 anos de greve climática, e de luta para que a emergência climática fosse encarada pelos responsáveis políticos com o carácter primordial que esta exige, nenhuma passo concreto da magnitude exigida foi dado. As palavras que os jovens ampliam em unísono nas greves climáticas estão a ser direccionadas a quem não lhes conhece o significado, ou pior ainda não sabe ou não quer ouvir. Impõe-se a reestruturação do plano pela luta Climática e pelo planeta. Não basta exigir acção e soluções aos responsáveis políticos. É necessário resgatar a responsabilidade política às gerações irresponsáveis, tomar as rédeas de encontrar e implementar soluções. Para isso impõe-se uma nova forma de fazer política, mais jovem, mais democrática, com uma visão mais ampla do futuro. Uma forma de fazer política que reconhece que os problemas globais não têm fronteiras, e que por isso, as suas soluções também não as podem ter.

No Volt consideramos que exigir soluções sem apresentar propostas concretas é desresponsabilizar-mo-nos do nosso próprio destino. A ameaça das alterações climáticas à sociedade humana e ao planeta Terra é real, quantificável e mensurável. E sem propostas reais e exequíveis para as combater e mitigar os seus efeitos de forma eficaz e sustentável, as gerações mais novas arriscam assistir impotentes à concretização das previsões mais severas sobre o futuro.

É por isso que no Volt encaramos a Acção Climática, no sentido de não só exigir acção, mas sim acção concreta, com propostas de acção coerentes baseadas e suportadas em evidência científica.

No Volt rejeitamos a dicotomia esquerda direita, e a tentativa dos actores políticos estabelecidos de reivindicarem para si a bandeira da acção climática. A Natureza e o Clima não esperam por calendários eleitorais, nem se compadecem por lacunas de estratégia política, ou tão pouco por lógicas de divisão sectária, não fazem distinção entre minorias ou maiorias,

géneros ou confissões religiosas. As alterações climáticas são uma ameaça global que não distingue o Norte do Sul Global, a cultura Ocidental da Oriental, ou a política de esquerda da de direita.

O Volt quer propor soluções que funcionem para todos, de implementação imediata, exequíveis e sustentadas pela ciência, sem estar acorrentado a agendas políticas tradicionais ou lobbies financeiros e industriais.

Recusamos assim, a narrativa de que a meta de redução das emissões de gases de efeito de estufa em 55% até 2030 seja ambiciosa. Esta meta representa por um lado, a capitulação dos intervenientes políticos com responsabilidades públicas aos interesses das indústrias petrolíferas, petroquímicas e construtoras automóvel. Por outro, revela que o pensamento político nos partidos convencionais têm lacunas na capacidade de pensar, propor e desenvolver visões de futuro diferentes que rompam com a dependência dos combustíveis fósseis. O Volt considera a meta de 2050 para a neutralidade carbónica um insulto à capacidade humana. A propósito do programa Apollo que levaria o Homem à Lua, J. F. Kennedy disse: “We choose to go to the Moon in this decade and do the other things, not because they are easy, but because they are hard; because that goal will serve to organize and measure the best of our energies and skills, because that challenge is one that we are willing to accept, one we are unwilling to postpone(...).” Em 10 anos o Homem foi à Lua, o Volt quer em 10 anos atingir a Neutralidade Carbónica, não por ser fácil, mas porque é difícil e é um objectivo que o planeta não se pode dar ao luxo de falhar. Propomos a redução em 80% até 2030 e a Neutralidade Carbónica até 2040. Para o conseguir o Volt propõe, na sua qualidade de 1º e, por enquanto único, partido Pan-Europeu, ações e políticas coordenadas a nível Europeu, capazes de liderar o mundo nesta viagem transformativa da sociedade humana. A nível Nacional propomos as seguintes políticas (financiadas em parte com Fundos Comunitários destinados à recuperação verde).

## No Campo da Educação e Esclarecimento da População

1. No Volt, acreditamos que só uma população esclarecida e na posse dos factos e consensos científicos, pode alcançar o consenso social necessário para o saudável funcionamento da democracia. Esta crença transversal a todos os aspectos da vida

democrática é essencial para triunfar no desafio da transição energética e na luta contra as alterações climáticas.

Por este motivo defendemos que a Educação Climática deve fazer parte dos currículos académicos e profissionais onde deverão ser abordados não só o tema das Alterações Climáticas, mas também os Conceitos de Preservação e Conservação da Natureza, Economia Circular, conduta cívica de respeito à Natureza, equilíbrio entre economia e natureza.

E porque a participação democrática é transversal a todas as gerações, propomos também que até 2035 sejam dedicadas parte das 40 horas anuais de formação, a que os trabalhadores têm direito, à formação específica de Educação Climática.

Como reforço, o Volt propõe também campanhas públicas de sensibilização e consciencialização ambiental nos media de acesso aberto: rádio, televisão, imprensa escrita, bem como em redes sociais de grande alcance na população na forma de “paid ads” em plataformas como: facebook, twitter, instagram, e google.

## No Campo da Protecção Ambiental via transformação do consumo

2. Estímulo fiscal sob a forma de taxação agravada a todos os embalamentos poli-material que contenham plástico, por exemplo: cartão e plástico, papel e plástico, vidro e plástico. O objectivo desta medida é desincentivar o uso de embalagens complicadas que aumentam o custo da separação e reciclagem das mesmas. Ficam excluídas desta sobre taxação embalagens que demonstrem cientificamente a necessidade de uso destas combinações por motivos de saúde pública.
3. Regulamentação suplementar para a utilização de plásticos em produtos de consumo como: eletrodomésticos, embalagens, electrodomésticos, ferramentas de trabalho e/ou industriais, materiais de construção, e utensílios domésticos. Esta regulamentação deverá incidir sobre:
  - Limitar e registar o número e a forma de permutações na composição de plásticos e seus aditivos.

- Estipular identificadores únicos, estáveis, e não degradáveis para cada permutação de composição licenciada, exemplo: cor, padrão, textura, marcador químico.

O objectivo desta regulamentação é possibilitar a reciclagem efectiva a nível industrial dos materiais plásticos.

4. Estímulos à adopção de materiais perecíveis e biodegradáveis em substituição de embalagens plásticas.

## No Campo da Transição Energética

O Volt encara a transição energética, isto é, a descarbonização da economia, como uma oportunidade de criar uma sociedade mais justa, mais equilibrada e onde todos tenham as mesmas oportunidades e ninguém seja deixado para trás. Para isso, é necessário analisar os desafios levantados por esta transição de forma integrada, sem negligenciar nenhum dos seus aspectos. Outros intervenientes políticos alertam para a necessidade de requalificar grande parte dos 12 mil trabalhadores do sector de produção da electricidade, ou dos 2 mil postos de trabalho dependentes da indústria transformadora de plásticos, ou até dos cerca de mil trabalhadores do sector da distribuição e armazenamento de gás natural. No entanto estes são apenas uma ínfima parte dos postos de trabalho ameaçados pela transição energética.

Por exemplo, em Portugal o sector de construção automóvel no ano de 2017 empregava, direta e indiretamente, mais de 50 mil trabalhadores. A indispensável substituição da frota de carros com motores a combustão interna (MCI) por carros eléctricos (BEV ou HFC) requer não só cadeias de fornecimento radicalmente diferentes, como também e principalmente, muito menos mão de obra, dado que estes últimos requerem muito menos partes para serem produzidos. Se por um lado esta realidade coloca em perigo 50 mil postos de trabalho, num dos sectores com maior peso nas exportações Portuguesas (11% em 2018), a ameaça laboral desta revolução é muito mais grave no sector da manutenção automóvel. Em 2018 o número de trabalhadores no sector da manutenção automóvel em Portugal, ascendiam, segundo dados oficiais, a 102 016. Uma das principais vantagens da tecnologia de carros eléctricos, além da ausência de emissões é a quase virtual inexistência de manutenção. Com um número muito reduzido de peças móveis, sem desgaste de motor, filtros, óleos, transmissão, etc. Assim, só a adopção em

massa do carro elétrico nos próximos 20 anos ditará a extinção da esmagadora maioria destes postos de trabalho, totalizando só nesta transição o desaparecimento de perto de 150 mil postos de trabalho em Portugal.

Para dar resposta a este e outros desafios será necessário realizar a maior campanha de reconversão laboral em democracia. Se esperarmos pela extinção dos postos de trabalho para retrainar estes profissionais os números do desemprego poderão rapidamente duplicar ou triplicar arrastando centenas de milhares de famílias para a pobreza.

Por este motivo o Volt propõe uma transição verde que ofereça oportunidades de reconversão a estes profissionais à frente da crista, construindo novos sectores de actividade económica apoiados na economia sustentável e em harmonia com o meio ambiente.

Algumas das medidas propostas pelo Volt incluem:

5. Desenhar e planear uma rede de carregamento eléctrico pública, densificando a rede existente, e alargando a rede pelo território, designando locais na via pública específicos para o carregamento. Estes locais poderão ser colocados no mercado, por via de leilão ou concurso, e assim contribuir para o auto-financiamento das autarquias.
6. O Volt identifica que um dos principais vectores que potenciam a continuação de compra de novos veículos ligeiros com motores de combustão interna, a abundância de oferta em regime quer de leasing quer de renting que dilui o peso do ISV na aquisição do veículo tornando estes muito mais acessíveis. Para combater esta situação o Volt propõe a o aumento da tributação autónoma para veículos exclusivamente por motor de combustão interna, e a prazo alargar o aumento de tributação autónoma a veículos plug-in híbrido - PHEV - incentivando assim a aquisição e veículos exclusivamente eléctricos.
7. Aplicação de taxas de importação para produtos fabricados em países com regimes de legislação ambiental menos exigente que a legislação Europeia. Esta medida terá o efeito de estimular a criação de postos de trabalho em países com uma legislação ambiental mais exigente, incluindo em Portugal, extinguindo a vantagem competitiva que alguns mercados têm por imporem menos restrições ambientais à indústria. Esta medida terá assim o efeito de contribuir para que outras regiões do mundo

implementem, de forma efectiva, legislação ambiental em conformidade com os standards Europeus.

8. Revitalização e densificação da rede ferroviária tanto nacional como internacional. O Volt propõe uma vasta rede ferroviária electrificada, que à semelhança do que acontece na Europa Central, ligue todo o território de forma eficaz, e eficiente. Permitindo não só a diminuição da dependência dos percursos rodoviários nos movimentos pendulares nas grandes zonas urbanas, reduzindo as emissões de gases de efeito de estufa provocados por estes, libertando espaço rodoviário para outros fins, incluindo soluções de mobilidade leve, e contribuindo para uma sociedade mais inclusiva ao permitir maior e melhor movimentação de quem não possui automóvel incluindo jovens, pessoas idosas e outras com menores recursos. Ao melhor as conexões por comboio, estamos também a contribuir o desenvolvimento de áreas económicas mais dinâmicas no interior. Este projecto de revitalização da ferrovia criará não só postos de trabalho na sua construção mas também postos de trabalho na sua manutenção e operação, bem como a promoção da fixação de população altamente qualificada no interior do país.
9. O Volt propõe ainda uma aceleração na transição energética ao nível da produção de energia. Alicerçando essa transição em 3 grandes eixos no sector da geração e distribuição energética sob a forma da criação de uma rede eléctrica Pan-Europeia comportando:
  - Total transparência no fixação do preço da energia, incluindo custo marginal de produção da mesma e rendibilidade das produtoras.
  - Rastreabilidade da origem da energia consumida, e do volume de gases com efeito de estufa emitidos, contemplando toda a cadeia de geração.
  - Aberta a que os Cidadãos Europeus possam também eles serem contribuintes para essa rede.

De modo a possibilitar esta realidade será necessário investimento em infraestrutura de armazenamento de energia, quer sob a forma centrais hidrelétricas reversíveis, armazenamento de grande escala em baterias, ou HFC + hidrogénio verde. Qualquer que seja a opção escolhida, ou a configuração da mistura das várias opções, é importante clivar uma diferença entre a linha de pensamento Volt e a de outros intervenientes políticos com propostas

de protecção ambiental na transição energética. Para o Volt é importante que as soluções propostas sejam não só implantáveis mas também eficazes e eficientes a desempenharem os propósitos para os quais foram pensadas. É por isso que o Volt não alinha com a ideia de simultaneamente descarbonizar e reduzir a extração de recursos naturais, nomeadamente de materiais essenciais à transição energética como são: lítio, cobalto, cobre, níquel, zinco, manganês, cromo, neodýmium, praseodymium, índio, gálio, molibdênio, chumbo, estanho, prata e platina. Todos estes, por enquanto essenciais a contribuir à transição energética, e sem prejuízo de serem excluídos assim que se encontrarem opções com menor impacto ambiental.

10. O Volt reconhece que, por forma a descarbonizar a economia, é necessário a implementação de tecnologias que exigem uma quantidade destes materiais muito superior àquela anteriormente extraída, pelo que alinha com a visão estratégica da Comissão Europeia de que a exploração e extração destes recursos deve ser feita tanto quanto possível dentro do espaço comunitário.

Esta postura é a única que garante controlo sobre o impacto ambiental que a extração e refinação destes recursos tem sob normas Europeias, desenhadas por forma a serem tão apertadas quanto necessário. A nível nacional, para implementar esta visão o Volt defende a criação de concessões mineiras para a exploração e refinação de todos os materiais metálicos e não metálicos dos quais dependa a transição energética. Estas concessões de prospecção e exploração deverão ser executadas respeitando os mais altos critérios de protecção ambiental. O Volt também é sensível ao facto que a actividade humana está limitada pelas leis da termodinâmica, e que da mesma forma que não é possível criar nem transformar matéria sem custos energéticos e perdas tanto de material como energéticas, também reconhece que à semelhança de todas as actividades humanas as explorações mineiras comportam sempre impactos ambientais. Estes devem ser quantificados e mitigados ao máximo, segundo planos de contingência específicos para cada caso.

11. Para este efeito o Volt defende o urgente reforço em capital humano tanto da DGEG como da APA, dotando estes dois organismos dos meios necessários para responder em tempo útil aos projectos apresentados e operarem uma fiscalização permanente, contínua e eficaz em todas as explorações, quer em laboração quer em fase de prospecção. Este reforço nas instituições públicas deve também possibilitar a sua

descentralização garantindo uma resposta mais coordenada e um maior envolvimento quer das autarquias quer das populações locais, dotando as mesmas de mecanismos de acesso transparente a toda a informação de cada processo, eliminando possíveis situações propícias à corrupção ambiental.

## No Campo da Reforma Eco-agricola

Mais do que um país agrícola Portugal é um país de cariz florestal. Pelo que o Volt defende o apoio ao desenvolvimento de uma floresta ecológica e economicamente sustentável. Para esse efeito propomos:

12. Manter e aumentar as áreas florestal autóctone em territórios onde esta ainda seja expressiva, em locais de acesso remoto, apoiando a criação de subsídios para os proprietários destas parcelas. Queremos apoiar o desenvolvimento de uma floresta de cariz mais económico, eucaliptal e pinhal, em parcelas de terreno de melhores acessos, sobretudo em regiões do interior, como forma de fixação da população. As áreas florestais de exploração económica devem ainda assim ter uma estrutura intercalada com plantações de autóctones, como sejam os carvalhos, permitindo a manutenção da flora e fauna da região servindo também como medidas de redução do impacto de possíveis fogos florestais.
13. Incentivar a criação ou crescimento de associações de produtores florestais, e incentivar os proprietários florestais a se tornarem membros destas associações, de modo a que estas ganhem dimensão crítica para formar equipas próprias de profissionais florestais, de actividade permanente ao longo do ano, na gestão da floresta, prevenção de incêndio, a apoio ao combate a incêndios.
14. Na componente agrícola, o Volt propõe estimular o desenvolvimento das culturas onde, de facto, se verifique competitividade relativamente aos parceiros comerciais. Enquadram-se nesta óptica as fileiras do azeite (olival), vinho (vinha) e dos frutos secos (amêndoa), no que respeita às grandes culturas arbóreas, que se fazem sobretudo no

sul do país, Alentejo.

15. Estimular o esforço de ampliar a criação de áreas de produção/variedades, reconhecidas, como sejam a pêra rocha e a maçã de alcobaça, apoiando e desenvolvendo novas regiões demarcadas como sejam a maçã de Armamar e Carrazeda de Ansiães, criar regiões demarcadas para produção de cereja, Resende, Mirandela/Valpaços, Fundão. Retomar a produção de figo de Torres Novas e ameixa d'Elvas.
16. Queremos apoiar o desenvolvimento de uma horticultura intensiva, em regiões que permitem a criação dos chamados primores, que são uma vantagem competitiva em relação aos parceiros europeus. Regiões do Sudoeste Alentejano, Litoral Norte, zona da Tocha, até à Póvoa do Varzim, não descurando a região de Torres Vedras, principal região de tecnologia de ponta na produção de hortícolas em sistemas de produção super intensivo, estufas no sistema de hidroponia.
17. Propomos ainda a criação de incentivos fiscais à agricultura hidropónica e em especial à de desenvolvimento vertical, pelo seu cariz de não degradação dos solos, baixo consumo de água e reduzido consumo de agroquímicos. Sendo os incentivos tanto mais vantajosos quanto for o desempenho do projecto nos seguintes pontos de avaliação:
  - Aumento da produtividade por metro quadrado de terreno ocupado,
  - Uso optimal de água atendendo às espécies produzidas,
  - Uso optimal de nutrientes,
  - Alta intensidade.

Estas duas propostas (15 e 16) caracterizam a ambição que o Volt tem de aproveitar a Recuperação verde para não só fortalecer a agricultura portuguesa, mas também reduzir enormemente a sua pegada ecológica, capitalizando a alta valência em recursos humanos que o país já possui, e transformando estes sectores em actividades de alta tecnologia e alto valor acrescentado.

18. De um modo geral o Volt apoia o investimento em sistemas de regadio, com expansão e melhoramento dos regadios existentes, tomando como exemplo o alqueva como

projecto de desenvolvimento e fixação de população sobretudo na margem esquerda do Guadiana, tornando-os mais eficientes. Apoiamos assim a criação de novos regadios como o previsto no projecto Tejo e outros no nordeste do país.

Na pecuária o Volt quer incentivar a criação de espécies pecuárias em regime extensivo, que permitem a criação de espécies num regime mais natural, para isso propomos:

19. O renovar dos montados alentejanos (criação de suínos, sob coberto de sobreiros),
20. Apoio à criação de caprinos em regiões montanhosas de interior que permitem um maior controlo das espécies arbustivas (prevenção de incêndios),
21. Apoio ao desenvolvimento das regiões demarcadas da produção de queijos regionais, de cabra e ovelha.

Serão de desincentivar as produções de suínos em regime intensivo, bem como a produção de leite de vaca, onde Portugal é pouco competitivo quando comparado com os países do norte da Europa. Excepção feita aos açores devido à particularidade do clima na região.

Este apoio à agricultura deverá ser feito, não excluindo outras opções, pela maior inclusão das universidades e politécnicos, espalhados pelo país, conhecedores das problemáticas da agricultura, nas suas diferentes componentes (florestal, agrícola e pecuária), aceites pelos parceiros, empresários agrícolas, como entidades com conhecimento de causa e permitindo ainda uma maior aproximação dos alunos ao mercado de trabalho.

Outras propostas incluem o que todos os projectos apoiados por fundos comunitários sejam escrutinados tendo em consideração os aspectos técnicos e ecológicos, e não estritamente económicos, com sistema de majoração aos que promovam o uso eficiente da água, ao desenvolvimento e protecção de zonas ecológicas (por ex. a criação de zonas de vegetação autóctone, dentro de grandes áreas de monocultura, como sejam o olival e amendoal). Apoios majorados ao desenvolvimento de sistemas de produção integrada com menor recurso ao uso de agroquímicos.

## No Campo da Geração Eléctrica e Valorização de Resíduos

22. Exclusão da valorização calorífica para biomassa da lista de energias verdes. O consenso científico é de que as centrais de biomassa são emissores líquidos positivos de gases de efeito de estufa, pelo que qualquer central de biomassa deve ser excluída de qualquer benefício, fiscal ou outro, associado a projectos de índole ambiental ou inseridos na recuperação verde. O abate de árvores para queima nas centrais já existentes deverá ser desincentivado e a longo prazo não permitido.
23. Incentivar a valorização não energética dos desperdícios florestais e agrícolas. Em caso inviabilidade económica de outro tipo de aproveitamento, promover o aterro dos mesmo em situação controlada por forma reduzir ao máximo e estendendo no tempo a libertação de gases com efeito de estufa.
24. Criação da Agência Portuguesa para a Reciclagem, aliviando a APA desta competência, e permitindo uma coordenação dedicada a uma das áreas mais vitais da Economia sustentável. Esta Agência será responsável por harmonizar os vários sistemas de recolha de resíduos no território Português nivelando todos pelas melhores práticas desenvolvidas pelos vários municípios.
25. Implementação em todo o território nacional da separação do lixo orgânico em fluxo próprio, com recolha em 24h para compostagem. O solo resultante deste fluxo poderá ser usado em campanhas de regeneração de solos em zonas com solos pobres ou empobrecidos devido a práticas agrícolas não sustentáveis.

## No Campo do Incentivo à participação activa do Sector Financeiro e Instituições de Crédito nos Desafios da Transição Energética

A capacidade de investimento e captação de dívida por parte de entidades poluidoras advém do 'rating' financeiro de que beneficiam. Estes 'ratings' são ainda demasiados focados no desempenho financeiro, sem uma clara apreciação do seu desempenho ambiental ou social. Assim, inseridos no portfólio de fundos e fundos de fundos, perpetua-se o financiamento a este tipo de entidades.

26. A tributação adicional de capitais colocados em fundos de investimentos, incluindo fundos de pensões que incluam no seu portfólio empresas exploradoras e transformadoras combustíveis fósseis, ou que não estando ligadas a esta actividade, se encontrem na lista das 100 maiores poluidoras a nível mundial.

## No Campo da eficiência energética das construções.

O edificado e setor da construção está identificado como uma das áreas em que será possível reduzir fortemente o impacto no ambiente, seja pela sua maior eficiência energética, seja pelos métodos construtivos.

No entanto este setor é também dos que apresenta menores índices de produtividade, e uma enorme inércia. Para acelerar esta mudança, o Volt propõe as seguintes medidas:

27. Reforço da análise de impacto ambiental nos cursos técnicos e superiores relacionado com as áreas da construção, incluindo arquitectura, engenharia, gestão de projecto e gestão e avaliação imobiliária, de modo a sensibilizar e dotar de ferramentas adequadas os novos profissionais que entram no mercado de trabalho.
28. Promover junto das Ordens Profissionais, a sensibilização dos seus membros através de publicações e ações direcionadas ao tema.
29. Inverter a lógica de preço mais baixo nos concursos de projeto, aumentando a parcela relativa à qualidade do projecto, incluindo a sua componente ambiental, que deverá ser aferida de forma independente.
30. Regulamentar a introdução de métodos de construção alternativos e de reduzido impacto ambiental como sejam as construções em palha ou construções em madeira de edifícios de grande altura.
31. Reduzir o IVA para produtos necessários em exclusivo para a produção de energia a partir de fontes renováveis.

32. Reduzir o IVA para janelas eficientes e materiais de isolamento térmica aplicados na construção, renovação ou reabilitação de edifícios.

O Volt Portugal acredita que a mudança é absolutamente fundamental, no entanto não pode ser absolutamente radical sob pena de alienar a sociedade seu conjunto, propor medidas inexecutáveis, ou cuja implementação introduza um tal impacto económico que inviabilize a aplicação de outras medidas.

Como partido pragmático, progressista e pan-Europeu, acreditamos que as mudanças se fazem de forma inclusiva, ampla, e que, em particular no caso das questões climática, é fundamental dar-se em grande escala para que tenham impacto.

O Volt Portugal acredita também que as propostas políticas devem ser orientadas pelas ciência e pelos melhores exemplos já conhecidos, e não pela ideologia. O Volt é por tudo isto um partido diferente e que pretende fazer a diferença.

Se queres contribuir e fazer parte desta mudança, JUNTA-TE ao VOLT!